



O Homem velho – Ciro Saurius, Gravura em ponta seca e água forte sobre Inox

## UM OLHAR SOBRE O HOMEM NOVO NO CONTEXTO ANGOLANO

A look at the young man in the angolan contexto.

António Miguel **ANDRÉ**<sup>1</sup>[1] (Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Luanda, Angola)

Marciele Nazaré **COELHO**[2]<sup>2</sup> (Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais/Luanda, Angola)

**RESUMO:** *O presente artigo tem como foco de análise a construção do Homem Novo no contexto angolano, a partir da construção identitária do ser angolano. Objetiva-se compreender os processos diversos de construção da identidade do Homem Novo. No contexto específico, compreender as transformações sociais, culturais e identitárias angolanas e seus reflexos na constituição do novo sujeito social a partir do novo olhar educativo. Metodologicamente, busca-se, a partir da pesquisa bibliográfica, apresentar a orientação política que norteia este percurso da formação de um cidadão angolano para enfrentar os desafios do desenvolvimento do país. Como resultados aponta-se a diversidade na construção do Homem Novo, a partir do contexto educativo que se pautava por uma visão inicialmente marxista, e tendo em conta a realidade da população após a independência, formar um novo homem, constitua este o caminho certo.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Homem Novo; Identidade; Diversidade cultural

**ABSTRACT:** *This article focuses on the analysis of the construction of the New Man in the Angolan context, based on the identity construction of the Angolan being. The objective is to understand the diverse processes of construction of the identity of the New Man. In the specific context, understand the Angolan social, cultural and identity transformations and their reflexes in the constitution of the new social subject from the new educational perspective. Methodologically, it is sought from the bibliographic research to present the political orientation that guides this path of the formation of an Angolan citizen to face the challenges of the country's development. As a result, the diversity in the construction of the new man is pointed out, based on the educational*

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Investigador Coordenador e Diretor do Centro de Investigação Multidisciplinar Doutor Augusto Eduardo Kambwa do Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda (ISCED/Luanda – Angola), Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Professora Associada e Pesquisadora do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS/Luanda-Angola).

*context that was based on an initially Marxist view, and taking into account the reality of the population after independence, forming a new man, constituted the right path.*

**KEYWORDS:** Education; New Man; Identity; Cultural Diversity

## **Introdução:**

A ideia de constituição do Homem Novo é trazida em diferentes contextos e em Angola ganha significado no âmbito das mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas no período pós-independência.

O estudo da constituição do Homem Novo em Angola apresenta-se como temática do presente artigo, a partir da construção identitária do ser angolano no decorrer dos processos históricos, políticos, culturais e educacionais ocorridos, de forma mais contundente, após 1975. Neste contexto, temos por objetivo geral compreender os diferentes processos de construção da identidade do Homem Novo. Como objetivos específicos busca-se identificar as transformações sociais, culturais e identitárias angolanas e seus reflexos na constituição do novo sujeito social a partir do novo olhar educativo.

A partir da abordagem metodológica qualitativa, no âmbito da pesquisa bibliográfica, busca-se a partir de documentos legais, discursos políticos e literaturas científicas de autores nacionais e estrangeiros a construção histórica, social e educativa do homem novo.

## **O contexto de Angola: o percurso Marxista-leninista:**

Angola é um país que se situa no Continente Africano, com 1.246.700 km<sup>2</sup> de superfície, de acordo com o Censo de 2014, a população residente em Angola em 16 de maio de 2014 (momento censitário), era de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total), foi colonizado por Portugal de 1482 a 1975.

Após a proclamação da independência, proclamada pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), na voz de António Agostinho Neto, que passa a ser o primeiro presidente da República de Angola, o MPLA, que no momento assume sua orientação política nos ideais do Marxismo, traça as orientações para o desenvolvimento do país neste viés, ou melhor, na doutrina do Marxismo-leninismo, linha política defendida no seu primeiro congresso realizado em dezembro de 1977, onde deixa de ser Movimento Popular de Libertação de Angola e passa a ser MPLA-Partido do Trabalho.

Implanta um regime de governância monopartidária, o poder é centralizado no único partido, o MPLA, que tinha como principais parceiros o “PCUS”, Partido Comunista da União Soviética e o “PCC” Partido Comunista de Cuba, entre outros Partidos Comunistas como: da Alemanha Oriental, da Polônia, da Hungria, da Checoslováquia, da China e da Bulgária, que em suas bases ideológicas tinham o Marxismo.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem República Popular de Angola, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa de um homem novo. (Neto, 1985: 37)

Angola, país recém independente, depara-se com o desafio da reconstrução nacional, onde eram chamados todos os cidadãos a participarem nas mudanças para esta nova etapa de desenvolvimento do país, de forma consciente, com base no conjunto de normas, regras e símbolos, porém os níveis de escolaridade não permitiram a materialização deste desiderato, o analfabetismo da população era cerca de 80%, poucos angolanos tinham acesso às escolas, que originou esta carência após a Independência.

Educar a juventude é a tarefa de todos. Estamos neste momento com problemas sérios quanto à educação das crianças, dos jovens e dos adultos e a questão é simples. É que ainda não temos professores em número suficiente. Pedimos aos camaradas que têm conhecimentos que contribuam ao menos com uma hora ou duas por dia, para ensinar aqueles que sabem menos. (Neto, 1985: 18).

O autor, que era o líder político, partia do princípio que só seria possível desenvolver um país com indivíduos comprometidos com a causa da nação, ou seja, para que isso acontecesse, os cidadãos que ele denominava “camaradas” teriam que estar capacitados e apela a todos a atuarem de forma ativa, alguns como formadores e outros como formandos.

“Não se pode edificar com êxito o socialismo, sem incorporar neste processo complexo todas as camadas da população (...), mas para conseguir isso, era preciso liquidar em primeiro lugar o seu atraso cultural.” (Lenine, 1981: 16).

Analisando esta abordagem de Lenine, facilmente se observa a conexão com os ideais de Neto, pois, para este líder político, o primeiro presidente angolano (1975 a 1979), não seria possível reconstruir e desenvolver o país nas condições em que a população se encontrava após a obtenção da independência, com a taxa do analfabetismo alta, a população maioritariamente camponesa e vivendo em localidades sem escolas.

Herdamos para o nosso país condições que os portugueses colonialistas nos deixaram, que não permitem um desenvolvimento imediato. Por exemplo, no que respeita à alfabetização. Seria bom que cada município desta província e cada província pudessem dizer o mesmo – estamos prontos, estamos aptos a contribuir para o desaparecimento do analfabetismo no nosso município ou na nossa província – isso é importante para a aquisição de ideias, para aprender as ciências para aprender no futuro a governar o nosso país. (Neto, 1985: 78-79).

Baseando-se nas teorias Marxistas, o Partido MPLA, considera que perante este quadro herdado, uma das tarefas prioritárias consistia na educação em massa e sem recursos internos, ou seja, sem infraestruturas, sem o corpo docente, a opção consistia em recorrer aos países cujo os regimes políticos vigentes identificavam-se com o adotado em Angola. É assim que já em 1975, na primeira Lei Constitucional, no seu artigo 13º ressaltava o seguinte;

A República Popular de Angola combate energeticamente o analfabetismo e o obscurantismo e promove o desenvolvimento de uma educação ao serviço do Povo e de uma verdadeira cultura nacional, enriquecida pelas conquistas culturais revolucionárias dos outros povos. (1975: 3).

A Lei aprovada por aclamação pelo Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, aos 10 de Novembro de 1975, nas vésperas da proclamação da Independência e que viria entrar em vigor logo após a independência, em 11 de Novembro de 1975, contemplava já a necessidade de se considerar a educação como prioridade, atendendo a taxa elevada do analfabetismo no país.

A liberdade política constituía um fato, uma realidade e era necessária exercê-la, concomitantemente com outras frentes e uma delas consistia no aspeto cultural,

O problema cultural não pode ser resolvido com a mesma rapidez que os problemas políticos e militares. É preciso compreender que agora as condições do avanço não são as mesmas. Na época de agravamento das crises pode obter-se a vitória política em poucas semanas. Na guerra pode obter-se a vitória em alguns meses, mas não se pode obter a vitória cultural neste mesmo prazo, pois a própria essência do facto requer um prazo maior e é preciso adaptar-se a um prazo mais longo, calculando o seu trabalho, e mostrando a maior firmeza, persistência e espírito sistemático. (Lenine, 1981: 11)

O desafio para um país recém surgido começa a tomar patamares e vertentes mais complexas, a obtenção da independência política era acompanhada com um baixo nível das forças produtivas, e com alta taxa de analfabetismo, a população com etnias diversificadas, isto é, com vários grupos étnicos.

Temos que guiar-nos, também, pela história. Temos que guiar-nos por aquilo que é realmente nosso, angolano porque o povo é angolano. E se nós não respeitamos as tradições, costumes, a história do nosso povo, nós não poderemos organizar nada. (Neto, 1985: 173)

A população angolana é composta por negros, mestiços e brancos. A população negra é constituída maioritariamente por povos Bantu, grande grupo etnolinguístico que

povo a África Central e Austral, encontra-se também alguns milhares de indivíduos do grupo khoi-san (hotentotes), no Sul e no Oeste de Angola. A população Bantu é formada por vários grupos etnolinguísticos, dentre eles os Ovimbundu, Kimbundu, Kicongo, Luimbés, entre outros (André, 1997). Ao falar-se de Angola é importante destacar tal aspecto, pois é o que caracteriza a população angolana.

Neste sentido, a construção de uma identidade angolana surge como um dos princípios para a construção do homem novo angolano.

### **A constituição da identidade angolana na diversidade étnica e cultural: os aportes para a construção do Homem Novo:**

A compreensão da construção do novo homem angolano vem cercada de questões, a saber: o que é ser um angolano? Qual é a identificação de um cidadão angolano? Neste sentido, para Neto,

Nós somos um povo que desde há séculos tem uma maioria de pretos, mas também milhares de mestiços e brancos. A certa altura da nossa vida, durante o colonialismo, a cor da pele confundia-se com a classe social; os claros eram da burguesia; os menos claros da pequena burguesia; o resto eram rapazes. (1985: 45).

Vários desafios se colocavam perante a população angolana para que os grupos étnicos não fossem fator de discórdia e de conflitos, atendendo que a política defendida pelo partido no poder era a unidade nacional. Procurava-se educar os angolanos no espírito de que a unidade nacional era um fator de identidade mais forte, ou seja, deve ser conservado. Dentro das diversas etnias existentes em Angola buscava-se os elementos culturais comuns, assim como os hábitos, costumes, valores das culturas diferentes, compreendendo que no seu conjunto, formam a cultura nacional, o patrimônio cultural de Angola e são características que identificam o cidadão como angolano e que o diferencia de outra nacionalidade.

Eles sempre quiseram fazer com que o tribalismo fosse um factor essencial da nossa vida. Nós recusamos, eles quiseram com que as diferenças de classe que ainda existem no nosso país fossem um factor fundamental para dividir o nosso povo e nós recusamos. Temos sempre lutado pela unidade nacional para que todos os membros do nosso país seja qual for a área geográfica que habite, seja qual for a sua tribo, sua língua que fala, se sinta essencialmente um angolano que contribui para o desenvolvimento da nação. (Neto, 1985: 144)

Destaca-se, neste contexto, que a sociedade não é mais senão a realização atual da potencialidade que é a sociabilidade. Entendendo que, sendo um fenômeno que emerge da natureza e da vida humana, derivando da própria essência do homem como um dos seus atributos específicos, a sociedade não existe por si mesma, mas sim pelos

indivíduos que a integram e estes indivíduos não são padronizados, têm características próprias, advindas das suas origens, assim como adquiridas por suas vivências, pelos seus contatos com outros indivíduos, outras culturas, um conjunto de particularidades que o torna um único indivíduo integrante de uma sociedade, e estas particularidades devem ser ressaltadas no sentido construtivo.

Neste sentido, recorrendo a Barbeitos (2006), há um erro de compreensão quando se imagina as identidades, culturas, línguas, valores, tradições, crenças como dados imutáveis e que possuem uma proveniência mítica.

As identidades e as culturas são construídas historicamente, de forma dialógica e se faz e refaz no contato com e entre os diferentes sujeitos, seus modos de ser, de viver das diferentes etnias e grupos etnicolinguísticos.

A primeira Lei Constitucional da República Popular de Angola, no seu Artigo 18º, destacava o seguinte;

Todos os cidadãos são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, condição económica ou social. A lei punirá severamente todos os actos que visem prejudicar a harmonia social ou criar discriminações e privilégios com base nesses factores. (1975: 3)

Um sentido contrário provocaria um marco de violência na sociedade angolana, partindo do pressuposto de que a ausência da violência deve tornar-se base da vida da comunidade humana. O país que vinha de longo período de luta de libertação nacional, obtida a independência política, consistia, então, a necessidade de fortalecer a unidade nacional. A política ou a filosofia, assentes na violência, na ameaça e na discriminação, segundo os princípios étnicos e raciais, constituía um recuo dentro dos princípios e ideais que, o então partido, MPLA, defendia.

A questão cultural e da unidade nacional ganham destaque por constituir dois pilares que mais tarde agirão como instrumentos para a manutenção da diversidade de alunos na escola, especialmente, a diversidade de grupos étnicos, pois, com os inúmeros deslocamentos de povos em virtude da guerra civil, as províncias e especialmente a capital de Angola, Luanda, encontrava-se com populações vindas de diferentes regiões, pertencentes a diferentes etnias, falantes de diferentes línguas, com costumes e modos de ser e viver também diferentes.

Atendendo às particularidades de Angola, destaca então, a palavra de ordem mobilizadora “Cabinda ao Cunene um só povo uma só nação” como princípio da unidade nacional. O território nacional é um único país e todos os cidadãos nascidos ou de pais naturais de qualquer parte integrante do país, (Angola), constituem o povo angolano. Por outro lado, se fortalece a ideia do conceito “homem novo”, concebido como aquele sem preconceitos raciais, tribais, de origem social, um cidadão que é capaz de ultrapassar preconceitos e contribuir com os desafios colocados a recém nação surgida em 11 de novembro de 1975.

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. (Freire, 1997: 35)

A libertação de Angola foi resultado de luta armada, participaram nela vários angolanos, com o objetivo de se ver livre do opressor, obtida a independência, a luta não cerrou naquele momento, o país entra na lista dos países subdesenvolvidos, com uma economia não desenvolvida, o país não industrializado, no campo agrícola com uma produção de subsistência, os camponeses com uma produção de autossustento, a comunicação entre municípios de forma precária, as estradas de conexão na sua maioria de terra, as poucas escolas situadas a quilômetros de distância das moradias das comunidades, sem transporte para que as crianças pudessem as frequentar, os adultos maioritariamente analfabetos, esta é a realidade encontrada, como dizia Neto:

Angola é um país subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequência deste fato. Os índices tradicionalmente dados para definir o subdesenvolvimento são confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do povo angolano. Mas dizer que o nosso país é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um país explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo. (1985: 38).

Para compreensão do contexto angolano, implicaria com que os cidadãos estivessem preparados, com instrução suficiente para análise da situação vigente, e não era o caso, o partido que governava o país tinha patente este fato. Sabia que poucos cidadãos estavam aptos para compreender e atuar nas mudanças que se exigia naquele momento.

Nesta ótica e, tendo em conta os princípios que o partido defendia na base do Marxismo-leninismo, identificaram como uma tarefa imediata a formação dos angolanos, para que o cidadão pudesse ser realmente livre, “Marx e Engels formulam o princípio e o objectivo máximo de todas transformações: a criação de uma sociedade, em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (Vólkov, 1984: 24)”. Entendendo, então, o MPLA, que para desenvolver a sociedade angolana, primeiro teria que instruir e qualificar a população que não teve a oportunidade de o fazer no período colonial.

Nos países atrasados sob o ponto de vista cultural, como foi por exemplo, a Rússia pré-revolucionária, este processo deveria ser iniciado pela liquidação do analfabetismo e falta de instrução (...) logo desde os primeiros dias da existência do poder Soviético indicou que a liquidação e a introdução do sistema de instrução geral era uma das tarefas primordiais do estado socialista. (Lénine, 1981: 12).



No contexto angolano, era preciso desenvolver o país, era preciso explorar os recursos naturais, mas era preciso fazer de forma consciente, de forma a não prejudicar a própria sociedade, cuidar das riquezas naturais, como dizia Marx, “(...) o trabalho é antes de mais ‘o processo que se realiza entre o homem e a natureza, processo em que o homem com a sua própria atividade medeia, regula e controla a troca de substância entre si e a natureza’ (...)” (Apud Vólkov, 1984: 177), é uma função que os políticos do MPLA, acreditavam ser possível somente com a participação de angolanos dotados de conhecimentos técnico-científicos e como tarefa primária, consistia na educação em massa.

Educar o homem numa ardente vontade de atingir objectivos sociais elevados, dar-lhe uma sólida preparação ideológica e ensiná-lo a ter uma atitude verdadeiramente criadora para o trabalho é uma das nossas tarefas primordiais. Esta é uma das frentes mais importantes da luta pelo comunismo, e das nossas vitórias nesta frente dependerão cada vez mais tanto o processo económico como o desenvolvimento socio-político do país. (Bréjnev, Apud Vólkov, 1984: 230).

A instrução da população, para o partido no poder de ideologia Marxista, era considerada uma tarefa primordial.

## **O papel da educação na construção do Homem Novo em Angola: olhares em perspectiva:**

O processo educacional dos angolanos e angolanas ganham nuances nos diferentes períodos históricos e a construção do homem novo dentro deste contexto precisa ser compreendido a partir do olhar para as diferentes perspectivas educacionais de cada momento.

“Toda educação depende do regime político vigente, e logicamente ela estará virada a satisfazer seus propósitos não sendo diferente da realidade em Angola” (André, 2007:43).

A educação em Angola passou por diferentes momentos, Silva Neto (2010) a subdivide em educação colonizadora, desde a abertura das escolas Jesuíticas (1482 a 1791), passando pela época Pombalina (1759 a 1792), a Joanina (1792-1845), a Educação Falcão e Rebelo da Silva (1845-1926), a Salazarista (1926-1961), até o período considerado como momento de desintegração do sistema colonial português em África (1961 a 1974), passando por um processo de encerramento de escolas pela ação militar dos movimentos nacionalistas pela independência política de Angola.

Neste momento, do ponto de vista educacional, o sistema educativo era considerado como assimilacionista. Para André, “o processo educacional fez-se presente como máquina de destruição das culturas nacionais, já que tudo se fazia para os nativos perderem sua identidade cultural” (2007:37). Como pode-se ler em Silva Neto (2010), “a educação pautada pelo assimilacionismo a “(...) criança iniciava o ensino primário praticamente sem referenciais de sua identidade cultural e daí em diante deparava-se

somente com referenciais de valores portugueses ou versões portuguesas dos valores nativos (...)”. (p. 163)

Os cidadãos negros nascidos em Angola,

(...) além de sofrerem com a discriminação racial enfrentavam também restrição no acesso ao ensino. Os portugueses em Angola não se preocupavam em discernir as distinções entre raça e cultura, o branco encontrava-se indissociavelmente ligado a cultura portuguesa, ao passo que os negros eram residualmente encarados como parte de uma cultura ignóbil e indiferenciada (...). (Silva Neto, 2010: 164)

Os objetivos educativos estavam alicerçados na ideia de submissão, de um ensino substantivamente inferior para os nativos angolanos, com maior número de instituições de ensino nas grandes localidades e a divulgação da língua portuguesa acompanhada da depreciação e mesmo repressão das línguas nacionais, sem deixar de ressaltar o aspecto religioso, ou seja, a submissão destes ao catolicismo. (Silva Neto, 2010). Pode-se ainda ressaltar segundo André,

(...) a educação para os angolanos, contudo, estava limitada àquilo que os colonos acreditavam ser suficiente para atingir seus objetivos de exploração e povoamento, e isto se torna bem claro quando encontramos, nos documentos da metrópole, a preocupação da formação do homem para dar conta das mais diversas necessidades. (2007:37)

Apoiado na ideia de que as diversidades e identidades são múltiplas e não são impermeáveis, o ensino no país foi tomando outra forma após o processo de descolonização.

Nas comunidades compostas pela diversidade cultural, unidade política, patriótica, num só povo e numa só nação, a harmonia entre os cidadãos depende do respeito recíproco dessas suas diferenças de ethos, cada extracto social cioso de sua identidade cultural, poderá ser convidado a olhar para a identidade cultural, poderá ser convidado a olhar para a identidade de outros agregados sociais, certamente para adoptar para si valores julgados interessantes. As culturas influenciam-se umas às outras, quando se aproximam, convivem, nenhuma sendo impermeável (...). (Macedo, 2006: 25)

É neste período de pós-independência que a educação passa por novas mudanças, e em 1977 é aprovado um novo plano educativo que tenciona reestruturar o sistema educativo oferecendo maior oportunidade de acesso e de continuidade dos estudos de forma gratuita. (Silva Neto, 2010)

Reforça-se, então, a política governativa da formação do novo homem, que “deixa-se abranger pelo duplo princípio higienista que engloba, quer a higiene do corpo,

quer a higiene da alma em ordem a desenvolver o mais harmonicamente possível as faculdades e as energias do futuro cidadão” (Araújo, 1997:18-19), ou então, no pensamento de Freire, ”o alfabetizando já sabe que a língua também é cultura, que o homem é sujeito: sente-se desafiado a desvelar os segredos de sua constituição, a partir da construção de suas palavras - também construção do seu mundo” (1997:12). Começa-se a compreender a preocupação partidária da necessidade de dar um outro rumo ao sistema de ensino e educação da então recente nação.

Diante do novo contexto, fruto do período pós-colonial, as mudanças e transformações no ensino foram ganhando espaço em prol de uma educação mais democrática e alargada. Neste sentido, criar condições para que a população esteja preparada para exercer as ações de desenvolvimento do país

(...)nós queremos, de princípio, que vós sejais homens de corpo são, de espírito justo e livre, de instrução sólida, de gosto, de consciência recta, de vontade forte. Nós queremos também e apaixonadamente, que vós sejais homens do vosso país e do vosso tempo ... que não o esqueçamos, o homem que temos de formar não é um homem abstrato. A pátria que nos confiou uma criança, nós devemos-lhe um homem capaz de a servir, de a defender, de a dirigir. (Araújo, 1997:49).

A realidade angolana, logo após a independência entra em um grande conflito, por um lado, a necessidade de reconstruir o país e, por outro, a falta de técnicos que fossem os responsáveis por promover o desenvolvimento. Pois, o país saía de um contexto de regime colonial, com uma relação entre opressor e oprimido, e nisso, como diz Freire, “o importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se” (1997:43). Na busca da implementação de uma realidade diferente da vivida antes da libertação do país, cria-se um novo sistema de ensino e educação para o país, que viesse a beneficiar os angolanos, contemplando todo o país sem discriminação de localidade, cor e etnia de cada cidadão nacional.

Na falta de instituições de ensino e professores, recorre-se, então, a cooperação estrangeira, enviando a partir de 1977, estudantes essencialmente para países chamados de orientação marxista, entre eles, Cuba, União Soviética, Alemanha e Bulgária, para formar massivamente os angolanos, para os níveis de base, médio e superior.

Para apoiar os estudantes, o Governo criou um órgão, o Instituto Nacional de Bolsa de Estudos (INABE),

Considerando que a formação política de quadros técnicos é uma preocupação constante do Partido e do Estado para que possam compreender os fenómenos políticos e sociais que vivemos, colocando-se ao lado das classes operária e camponesa, na defesa dos interesses gerais da sociedade e na resolução dos problemas mais inerentes que afligem as massas populares. Considerando que a formação de quadros de ser encarada e perspectivada tendo em conta a luta de classes inerente à etapa de democracia Popular que

vivemos (...). É criado o Instituto Nacional de Bolsa de Estudo, dependente do Presidente da República. (Diário da República, 1980: 1)

O processo de envio de cidadão ao exterior do país para a formação foi acompanhado de um outro trabalho interno e, com base nesta direção, “é elaborado o Plano Nacional de Ação de Educação de Todos, com o foco na ampliação do acesso e ensino gratuito, fundamentalmente, nos primeiros quatro anos de ensino” (Nguluve, 2006), criando escolas em localidades onde não existiam, aproximando estas escolas à população rural e urbana, que resultou, como ressalta Nguluve, um aumento no número de alunos matriculados, particularmente no ensino de base, a partir de 1990.

Como referenciado anteriormente, a falta de professores, a criação de novas escolas fez com que o país também recorresse a professores de outras nacionalidades, como diz André (2007: 57) o procedimento foi “recorrer à cooperação internacional, com maior destaque à brigada de professores cubanos (comandante Che Guevara), que lecionavam no ensino secundário, médio e superior.”

Segundo Nguluve (2006), em 2001, surgia a primeira Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), Lei nº. 13/01 de 31 de Dezembro, que destaca, entre outras perspectivas para a educação, a solidariedade entre os povos, a unidade nacional e cultural envolta em um momento de abrandamento da guerra civil que teve seu fim em 2002.

Neste contexto, a ideia de construção do homem novo pautava-se pela valorização da diversidade étnica, racial e cultural dentro dos princípios de unidade nacional, tendo o contexto educativo como impulsionador para a transformação das mentalidades em busca do homem novo, consciente das transformações.

### **Considerações Finais:**

A constituição do homem novo a partir da construção da história, da política e da educação angolana apresentou, ao longo das décadas, diferentes nuances, a partir da diversidade cultural, de modos de ser, de estar das diferentes etnias que fazem parte da constituição desta sociedade.

A diversidade na construção do homem novo, a preocupação com a formação educacional, a expansão da rede escolar nos municípios, a participação de todos nos processos educativos como formadores ou formandos e a unidade nacional considerando as diferenças étnicas, raciais e regionais são ideais que passaram a ser o centro da construção identitária para o novo homem.

### **Referências bibliográficas:**

ANDRÉ, António Miguel. *A formação do homem novo: uma análise da visão de técnicos governamentais atuando hoje em Angola*. Campinas: CMU Publicações; Arte Escrita Editora, 2007.

ANDRÉ, António Miguel. *O menino de rua: suas particularidades em Angola*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1997.

ANGOLA. *Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975*, Luanda, DIP Comité Central, 1975.

ARAÚJO, Alberto Filipe. *O “Homem Novo” no Discurso Pedagógico de João de Barros*. Braga, Ed. Universidade do Minho, 1997.

BARBEITOS, Arlindo. *Sociedade, Estado: sociedade civil, cidadão e identidade em Angola*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, Praxis, 2006.

CENSO 2014 - *Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014*, Ed. INE - Subcomissão de Difusão de Resultados, Luanda, 2014.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Órgão oficial da República Popular de Angola*, I série n° 108, de 08 de Maio de 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LÉNINE. *Cultura e Revolução Cultural*. Moscovo: Edições Progresso, 1981.

MACEDO, Jorge. *A dimensão africana da cultura angolana*. Luanda: INALD, 2006.

NETO, António Agostinho. *Textos políticos escolhidos*. Luanda: Edição DIP, 1985.

NETO, António Agostinho. *Sagrada Esperança*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1979.

NGULUVE, Alberto Kapitango. *Política educacional angolana (1976-2005): organização, desenvolvimento e Perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de São Paulo, 2006.

SILVA NETO, Teresa da. *História da Educação e Cultura de Angola: grupos nativos, colonização e independência*. Alpiarça: Garrido Artes Gráficas, 2010.

VÓLKOV, G. N. *Fundamentos da doutrina marxista-Leninista*. Moscovo: Edições Progresso, 1984.